



A GESTÃO DEMOCRÁTICA, O NEOLIBERALISMO E O PAPEL DA ESCOLA PÚBLICA EM MEIO A SOCIEDADE CONTRADITÓRIA DO CAPITAL

CASTRO, Vanessa Mariano de
Universidade Federal do Ceará (UFC)
vanessamariano@yahoo.com.br

MORAIS, Fabiano Alves de
Universidade Estadual do Ceará (UECE)
prof.fabianomoraes@gmail.com

PEIXOTO, Francisca Valéria de Sales
Universidade Estadual do Ceará (UECE)
fvaleriasp3@yahoo.com.br

Eixo Temático 4: Gestão da educação básica e gestão do ensino superior: os desafios da gestão democrática

RESUMO

Esta investigação sobre gestão democrática, neoliberalismo e educação na escola pública busca analisar os limites à educação, sob a influência do neoliberalismo, a fim de caracterizar a gestão democrática na escola pública e identificar o papel da escola na sociedade contraditória do capital. A pesquisa de cunho bibliográfico se encontra apoiada no materialismo histórico-dialético. Como resultado temos a luta por uma nova sociabilidade, cuja conquista prescinde a apropriação do conhecimento historicamente acumulado pela classe trabalhadora.

Palavras-chave: Gestão democrática. Neoliberalismo. Escola pública.

1 INTRODUÇÃO

A investigação realizada por esta pesquisa versa sobre a gestão democrática, o neoliberalismo e a educação na escola pública. Deste modo, busca analisar os limites que cerceiam a educação, em meio às influências estruturais do neoliberalismo sob a égide contraditória do capital e requiere ainda, caracterizar a gestão democrática na escola pública contemporânea identificando os elementos que estruturam o funcionamento e o papel da escola pública no contexto neoliberal.

Desta feita, para a apreciação de nosso objeto de estudo nos apoiamos no materialismo histórico-dialético, como pressuposto ao exame da realidade objetiva urdida nas relações sociais desenvolvidas pelos indivíduos, que por meio de seu trabalho influenciam e são influenciados.

Ademais, conforme Marx (2010), o homem por sua natureza social tem no trabalho a determinação recíproca de subjetivação e objetivação, como desencadeadores do



processo que envolve teleologia e causalidade, atributos estes, que diferem o homem das outras instâncias naturais.

Com efeito, segundo Dal Rosso (2011), as ações executadas dentro do espaço institucionalizado de ensino podem ser caracterizadas como trabalho ao considerarmos sua perspectiva de imaterialidade, contudo dentro da lógica do sistema capitalista seu escopo se pauta na perpetuação de uma sociedade de classes.

Logo, Ponce (2007) nos alerta que a escola, bem como outros elementos determinados pelo capital, têm como prevalecente em sua gestão os interesses da classe dominante, que se efetiva e se resguarda do âmbito legal por meio de atos normativos, para se perpetuar no poder.

Nessa perspectiva podemos verificar que, o estatuto legal regulamentador da conduta social de ambiência democrática se respalda numa suposta preocupação com uma formação integral, universalidade e gratuita. Todavia, segundo Tonet (2012), em meio a igualdade formal emerge uma desigualdade real, não restrita ao espaço intraescolar, mas perpassada em todos contextos de vivências dos indivíduos.

Na busca por compreender os múltiplos determinantes, que envolvem o processo educacional nas escolas públicas, é que se justifica a relevância dessa investigação de cunho bibliográfico, a fim de desvendar as nuances insurgentes que perpassam a gestão democrática nas escolas públicas em meio a sociedade contraditória do capital e agudizadas sob a influência do neoliberalismo.

Nessa concepção é que se enceta esta investigação, ao suscitar um debate sobre a problemática da gestão educacional e de acordo com Paro (2010), têm tanto o ensino quanto a administração burocrática pautados em um modo gerencial de produção capitalista que reverbera impactos negativos sobre a educação.

Asumindo tal encaminhamento, a medida que examinamos o transcorrer das relações sociais, econômicas e políticas envolvidas, pudemos confirmar uma visão de eficiência e eficácia oriundas de vieses administrativos gerenciais e empresariais, transpostas à educação formalizada e que tem lhe repercutido negativamente.

Sobre a concepção exposta, conforme nos esclarece Ravitch (2011), podemos destacar que adoção metodológica semelhante foi aplicada ao sistema de ensino norte-americano e levou o país ao fracasso educacional.

Nesse prisma analisamos a educação em sua relação temática com a democracia e gestão na escola pública, para que nessa dimensão possamos entender o fracasso do sistema educacional sob a égide do capitalismo neoliberal, bem como as reverberações deste padrão gerencial para a educação.



Posto que, a adoção deste padrão vem comprometendo a formação dos educandos e o papel do docente, de modo a consolidar discursos que diretamente ou indiretamente são introjetados nos indivíduos, com objetivo de enaltecer gradações e gratificações por desempenho, de respectivamente, educandos e educadores.

Quando na realidade tal discurso preteia, não uma formação integral mas a manutenção do sistema neoliberal, que ideologicamente captura a subjetividade dos indivíduos postulando como se fossem sinônimos a cidadania e a emancipação humana, dentro capitalismo neoliberal, tal como aventaremos no próximo tópico.

2 DESENVOLVIMENTO

Ainda no contexto do modo de produção capitalista e segundo Chomsky (2002), o neoliberalismo emergiu após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) na América do Norte e Europa, como forte reação teórica e política contra o Estado de Bem-Estar Social, de viés intervencionista e cujas ideias foram publicadas no livro *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*, de John Maynard Keynes (1936).

De modo que, a proposta neoliberal ensejava combater o keynesiano e foi defendida por teóricos Friedrich Hayek e Milton Friedman em seus discursos acerca das medidas neoliberais a serem adotadas como metas para estabilizar financeiramente a economia e conter as despesas dos *gastos sociais*¹ com bem-estar, desemprego, reforma fiscal e redução dos impostos para altos rendimentos. O que nos leva a concordar com a asserção de Tonet (2009, p. 16):

[...] ao capital, não interessa a ampliação dos espaços democrático-cidadãos para os trabalhadores. A isso ele só cederá se for compelido pela luta dos trabalhadores e/ou quando isso lhe for conveniente. E sempre, embora com perdas momentâneas, saberá dar a volta por cima e garantir em nível superior à sua reprodução.

Dito isto, a partir de 1989 ocorreram reuniões, junto aos membros do governo norte-americano e órgãos internacionais (FMI, Banco Mundial e BIRD), a fim de debater e chegar a um acordo econômico, político e social. Desses eventos cabe destacar o Consenso de Washington, que em defesa dos ideários neoliberais ajustou dois eixos básicos a serem implementados: redução do tamanho do Estado e abertura da economia.

Significa, outrossim, que os ideais neoliberais se empregaram de tal forma ao labor humano, que a realidade do trabalhador no âmbito da gestão democrática nas escolas públicas, se apresentou de forma a ocultar aspectos não democráticos. Como

¹ As políticas sociais foram interpretadas como custos sociais.



exemplo temos o uso da palavra democracia, que a partir de então esteve presente em quase todos os projetos e atividades escolares, todavia analisando a prática e amplitude que a categoria alberga, podemos verificar que esta se limita a formação de consensos ancorados no idealismo.

Tais ações, vistas como democráticas, são na realidade escolhas que carregam fins constituídos por interesses de minorias de grupos dominantes, que por sua vez retiram gradativamente a autonomia da escola e de seus profissionais. Isto se reflete no cerceamento à garantia de apropriação pelos educandos, do conhecimento historicamente acumulado e sistematizado, consoante Saviani (2008, p. 39): “[...] quando mais se falou em democracia no interior da escola, menos democrática foi a escola; e, quando se menos falou em democracia, mais a escola esteve articulada com a construção de uma ordem democrática.”

Frente a realidade apontada, tornam-se necessárias ações que se alinhem a real função da escola e para tanto nosso pensamento se coaduna com o de Paro (2010, p. 230) ao enunciar que: “Na medida em que, em termos políticos, a escola adote objetivos articulados com os interesses da classe trabalhadora, é preciso que os princípios, as técnicas e os métodos utilizados em sua administração estejam adequados a esse tipo de objetivos.”

Neste sentido, a rotina da escola fica comprometida em desenvolver atividades burocráticas se distanciando de seus reais objetivos. Com efeito, os entraves burocráticos negam a execução de práticas democráticas, a medida em que nesse espaço se prioriza a divisão parametrizada do trabalho, por meio de tarefas distintas e sem interação com os reais objetivos da escola.

Foi assim que a escola passou, de forma sorrateira e conformista, a promover o afastamento de sua função tarefa primeira, e passou segundo Paro (2010, p. 196-197): “[...] promover a autonomização das tarefas e o esvaziamento de seus conteúdos, comprometendo cada vez mais a qualidade do ensino e a satisfação do professor em sua função.”

3 CONCLUSÕES

Diante do exposto, na sociedade capitalista onde existe uma estrutura de classe com interesses opostos, corre o risco da escola apesar do seu discurso sobre valores significativos, não colaborar para a consciência democrática. Seguindo essa perspectiva a escola pode promover a alienação da classe subalterna, por meio da difusão de ideologias que, de maneiras sutis servem à manipulação dos interesses da classe dominante. Tema esclarecido por Mézáros (2004, p. 59):



Compreensivelmente, a ideologia dominante tem uma grande vantagem na determinação do que pode ser considerado um critério legítimo de avaliação do conflito, já que controla efetivamente as instituições culturais e políticas da sociedade. Pode usar e abusar avertidamente da linguagem, pois o risco de ser publicamente desmascarada é pequeno, tanto por causa da relação de forças existente quanto ao sistema de dois pesos e duas medidas aplicado às questões debatidas pelos defensores da ordem estabelecida.

Posto que, mesmo tendo como objetivo atender com equidade a todas as classes sociais, a educação escola concretamente trabalha com saberes elitizados e dessa forma, não se torna atrativa à classe menos favorecida, que acaba abandonando a escola. Pois para a classe trabalhadora, a maior preocupação está em saciar as necessidades básicas de sobrevivência e por isso se tem pressa em obter qualificação profissional. Fato que os levam a ignorar a possibilidade de desenvolvimento pessoal, onde seria possível desenvolver uma consciência crítica e intervir de forma prática na mudança do *status quo*.

A classe trabalhadora, guiada por essa concepção, acaba por colocar em segundo plano o domínio do conhecimento a ponto de desmotivarem-se quanto ao seu direito de acesso à educação escolar, que finda por ser orientada para a elite social. Confirmado por Ponce (2007) ao esclarecer que a condição injusta que a elite social chega aos bancos das escolas privadas, portanto, com arcabouço cultural viabilizado pela eminente condição econômica e social da família em contraponto a realidade das massas populares.

Tal disparidade se reflete no fracasso escolar e a instituição acaba responsabilizando a própria vítima (o educando) por sua frustração, alegando como motivo a falta de interesse dos educandos. Por isso mesmo, a escola tende a procurar alguém para responsabilizar sobre o fracasso escolar, desse modo culpabiliza o aluno, a família e até mesmo a própria escola. Atribui-se a todos o dolo, menos ao poder que gera essa situação.

Significa, outrossim a necessidade de que a classe trabalhadora se posicione opondo esse modelo de sociedade desigual e contraditória. Seguindo este viés a escola pode tornar-se uma ameaça às elites dominantes, que manobram e corroboram à manutenção da desigualdade, já que estes se mantêm no poder por meio da exploração dessa relação eivada de dualidade e tolhedora da emancipação da classe trabalhadora.

Sobre esse contexto, podemos argumentar que fica cada vez mais difícil tornar possível uma gestão escolar verdadeiramente democrática nas escolas públicas, já que estas funcionam como instrumento de domínio, reprodução e conformação do capitalismo neoliberal e logo, visa atender as necessidades da estrutura capitalista.

Sob novas circunstâncias divergentes das atuais e com a entrada em cena de uma nova sociabilidade, o objeto da ação educativa, não seria de transmissão, mas de



oportunidade de apropriação ofertada aos educandos e tendo a finalidade de elevar o homem à sua condição de liberdade, formaria indivíduos plenos e integrais, conforme Paro (2015, p. 70), nos oferece esclarecimento:

[...] o objeto da ação educativa não se restringe ao conhecimento. Se ela tem por fim a formação de personalidades humano-históricas, seu objeto é a cultura em sua integralidade: conhecimentos, valores, arte, ciência, filosofia, crenças, tecnologia, direito, enfim, tudo o que é produzido historicamente.

Logo, em conformidade com Mészáros (2008, p. 76), “[...] a nossa tarefa educacional é, simultaneamente, a tarefa de uma transformação social, ampla e emancipadora.” Porque essa transformação deve ser para a classe trabalhadora, já que é na escola pública que os filhos da mesma se encontram. Embora saibamos que a escola não é o único espaço de formação, mas frente a realidade da estrutura social capitalista é nela que devemos garantir para a classe trabalhadora, através de seus filhos, o acesso ao conhecimento sistematizado desenvolvido historicamente.

Por isso mesmo confiamos nessa possibilidade, porquanto uma vez que os filhos dos trabalhadores se apropriarem do conhecimento e possam compreender a essência, e não apenas a aparência das causas das desiguais relações sociais, estes poderão transformar em oportunidade as contradições existentes no sistema capitalista.

A exposição até aqui apresentada leva em conta que a cidadania alicerçada na ambiência democrática não pode ser interpretada como fim em si mesma, mas pode ser considerada como oportunidade para se suplantar a sociedade de classes, logo o capital. Uma vez que, desta maneira conseguiremos seguir rumo a uma nova sociabilidade comunista, emancipada e pautada na formação integral dos indivíduos.

REFERÊNCIAS

CHOMSKY, Noam. **O lucro ou as pessoas**. Tradução Pedro Jorgensen Júnior. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

DAL ROSSO, Sadi et al. **Associativismo e sindicalismo em educação**: organização e lutas. Biblioteca Sindicalismo em Educação. Brasília, DF: Paralelo 15, 2011. v. 1.

MARX, Karl. **Manuscritos econômicos-filosóficos**. Tradução Jesus Ranieri. 4. ed. São Paulo: Boitempo, 2010.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. Tradução Isa Tavares. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

MÉSZÁROS, István. **O poder da ideologia**. Tradução Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2004.



PARO, Vitor H. **Administração escolar**: introdução crítica. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

PARO, Vitor H. **Diretor escolar**: educador ou gerente? São Paulo: Cortez, 2015.

PONCE, Aníbal. **Educação e luta de classes**. 22. ed. Tradução José Severo de Camargo Pereira. São Paulo: Cortez, 2007.

RAVITCH, Diane. **Vida e morte do grande sistema escolar americano**: como os testes padronizados e o modelo de mercado ameaçam a educação. Tradução Marcelo Duarte. Porto Alegre: Sulina, 2011.

SAVIANI, Dermeval. **A pedagogia no Brasil**: história e teoria. Campinas: Autores Associados, 2008.

TONET, Ivo. **Educação contra o capital**. 2. ed. rev. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

TONET, Ivo. Marxismo e Democracia. In: BORGES, L. F. P.; MAZZUCO, N. G. (Org.). **Democracia e políticas sociais na América Latina**. São Paulo: Xamã, 2009.